



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

***URGENTE – COM PEDIDO DE SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME***

**M & M INDÚSTRIA FARMACEUTICA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 10.866.946/0001-99, sediado na Avenida Juracy Ribeiro machado nº. 88, Distrito Industrial, na cidade de Tupaciguara/MG, sua administradora **Sra. Michelle Vidigal Carneiro**, inscrito no CPF sob nº. 081.884.486-80, residente e domiciliado na cidade de Tupaciguara/MG, vêm respeitosamente e com o devido acato à presença do Ilmo. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com fulcro no art.301 da Resolução nº 012/2008, apresentar **DENUNCIA** em face do instrumento convocatório do Edital nº 125/2021, Pregão Registro de Preço nº. 97/2021 (**doc. 01**), em razão dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

**1 – DOS FATOS**

Houve a publicação do Edital nº 125/2021, Pregão Registro de Preço nº. 97/2021, Tipo Menor Preço por Item, pelo Município de Patrocínio/MG, representada neste ato por seu Pregoeiro, com data de abertura realizada no dia 14 de setembro de 2021, às 14:00 hr, tendo o respectivo Pregão cujo objeto o registro de preços para aquisições de materiais médico hospitalares e produtos de higienização, com registro na Anvisa, para uso nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Foi detectada no edital de licitação mencionado que não há trato diferenciado à Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, uma afronta à

M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
AV: JURACY RIBEIRO MACHADO Nº 88/GALPÃO 01  
DISTRITO INDUSTRIAL – TUPACIGUARA/MG



norma federal do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006).

É o breve relato.

## **2 – DO DIREITO**

### **2.1- DA NÃO OBSERVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014.**

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006) tem o intuito, entre outros, de promover o desenvolvimento e ampliar a atuação dos pequenos negócios nas compras governamentais.

Dessa forma, essa Lei preconiza, no artigo 47, que toda a Administração Pública (Direta e Indireta) DEVE realizar licitações com benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte.

"Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à Inovação tecnológica". Os benefícios que são concedidos às MPE estão descritos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n 123/2006. (grifo nosso).



Neste norte, o Município de Patrocínio/MG, não foge a regra e temo dever realizar certames com benefícios dirigidos às microempresas e empresas de pequeno porte, como preconiza a Lei Federal. E o presente edital não contempla o tratamento diferenciado.

## **2.2. RESERVA DE COTA EXCLUSIVA DE 25% DO OBJETO DA LICITAÇÃO ÀS "MEs e EPPs**

No presente instrumento convocatório objeto desta impugnação não consta a cota de 25% reservada para MEs e EPPs.

Sendo que a luz da lei 123/2006, a divisão de cota deve estar prevista sempre que objeto da licitação versar sobre bens de natureza divisível.

No caso em tela do Edital nº 125/2021, Pregão Registro de Preço nº. 97/2021, cujo objeto é para aquisições de materiais médico hospitalares e produtos de higienização é feita por itens nada impede a divisão. A divisão pode ser feita sem desnaturar os materiais pois sua unidade de aquisição é galões, pacotes e unidades em sí, sendo perfeitamente possível a divisão do objeto licitado. Mesmo assim administração não fez reserva da cota especial de 25 % das MEs e EPPS.

Tal reserva não é facultativo á Administração e sim obrigatório reservar uma parte do objeto licitado às MPEs, de forma sintética divide a licitação em duas cotas a "principal", que corresponde até 75%, e uma cota de "exclusiva" de até 25% do objeto para que seja disputado exclusivamente MEs e EPEs.

Veja o que leciona o inc. III do art. 48:

"III - **deverá** estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e

M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
AV: JURACY RIBEIRO MACHADO Nº 88/GALPÃO 01  
DISTRITO INDUSTRIAL – TUPACIGUARA/MG





empresas de pequeno porte". (LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)-(grifo nosso).

Deste modo é fundamental que o edital tenha regras distintas para cada cota possibilitando tratamento diferenciado às MPES e compatibilizando exigências de qualificação técnica e econômico-financeira proporcionais para cada cota.

É assim que decide o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, consoante se comprova da ementa abaixo transcrita:

DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. FORNECIMENTO DE FRALDAS SUSPENSÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INTIMAÇÃO DO RESPONSÁVEL AUSÊNCIA DE REGRAS PARA TRATAMENTO DIFERENCIADO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE RETIFICAÇÃO DO EDITAL SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES, REGULARIDADE DO EDITAL. REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO. AUTORIZAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO. ARQUIVAMENTO. AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NA MINUTA RETIFICADORA DO EDITAL ESTÃO EM CONSONANCIA COM O DISPOSTO NO INCISO III DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.(DENUNCIA 952094).

Cumpre excluir que o fato de existir cota exclusiva para participação de MPES não afasta a possibilidade de participação na cota principal, ou seja há a faculdade das MPES participarem de ambas as cotas e

M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
AV: JURACY RIBEIRO MACHADO Nº 88/GALPÃO 01  
DISTRITO INDUSTRIAL – TUPACIGUARA/MG

418 af



sagrar-se vencedora de ambas desde que observadas as peculiaridades e exigências de cada uma delas.

### **2.3- EXCLUSIVIDADE DOS ITENS PARA MES e EPPS**

Primeiramente aqui cabe ressaltar que o certame nº.125/2021, critério de julgamento é por item, a julgamento de um nada interfere no outro. Para os itens cujo valor não exceda a 80 mil reais estes devem ser exclusivos para MEs e EPPs, e os que forem acima disso deverá haver uma cota principal de 75% e outra reservada para MEs e EPPs de 25%.

O edital não contempla nenhum destes tratamentos diferenciado para MEs e EPPs, pelo contrário como citado no item 6.1.1 do mesmo.

Observa-se, pois, que a nova redação dada pela Lei Complementar 147/2014 ao referido inciso I do art. 48 tornou **obrigatória** à realização de licitações exclusivas à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, o que anteriormente seria **facultativo**, bem como ampliou as possibilidades de se limitar dessa forma, ao estabelecer que o limite de R\$80.000,00 poderia ser **considerado nos itens** e não nas contratações.

Este edital nº 125/2021 deve ser revogado e retificado para atender a exclusividade para ME's e EPP'S e por fim ser republicado na forma da lei.

### **3 - DOS PEDIDOS**

Diante o exposto requer-se:

- a) A suspensão do certame, diante as ilegalidades acima apontadas, nos termos do art. 267, parágrafo único da Resolução nº 012/2008.
- b) Que seja processada a presente denúncia nos termos dos art. 305 a 307 da Resolução nº 012/2008.



M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
CNPJ: 10.866.946.0001/99

c) Que o novo instrumento convocatório contemple os benefícios da Reserva de Cota 25% Exclusiva para ME'S e EPP'S, exigências da Lei 123/2006 e Lei complementar 147/2017, que seja republicado nova data do certame respeitando dias publicidade da lei 10.520/2002.

d) O prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento, originais nos termos do art. 304 da Resolução nº 012/2008.

Nesses termos, pede-se deferimento.

Tupaciguara 09 de Setembro de 2021

*Michelle Vidigal Carneiro*

**Michelle Vidigal Carneiro**  
**081.884.486-80**  
**Administradora**

M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
AV: JURACY RIBEIRO MACHADO Nº 88/GALPÃO 01  
DISTRITO INDUSTRIAL – TUPACIGUARA/MG

6/8 of



M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
CNPJ: 10.866.946.0001/99

**DOC. 01 – EDITAL Nº 125/2021, PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº.  
97/2021**

M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
AV: JURACY RIBEIRO MACHADO Nº 88/GALPÃO 01  
DISTRITO INDUSTRIAL – TUPACIGUARA/MG

7/8 @



M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
CNPJ: 10.866.946.0001/99

**DOC. 02 - CONTRATO SOCIAL E DOCUMENTO PESSOAL DO  
REPRESENTANTE LEGAL**

M & M INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI  
AV: JURACY RIBEIRO MACHADO Nº 88/GALPÃO 01  
DISTRITO INDUSTRIAL – TUPACIGUARA/MG

818